

## **Habitação social no México: política e arquitetura no século XX**

Flávia Brito do Nascimento

Arquiteta e historiadora, mestre em História da Arquitetura e do Urbanismo EESC-USP, doutoranda

FAUUSP, arquiteta Iphan-SP

Rua Bocaina, 23/54 Perdizes São Paulo-SP 05013-030 tel. 11-3875-1132 [flaviabn@terra.com.br](mailto:flaviabn@terra.com.br)

## Habitação social no México: política e arquitetura no século XX

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir as principais realizações e debates sobre a habitação social no México em meados do século XX. Pretende, ainda, olhá-las em face da arquitetura moderna mexicana e das correntes que se estabeleceram no País. Assim como em outros países da América Latina, no México, arquitetura moderna e habitação de interesse social estiveram articuladas para dar respostas às crescentes pressões sociais para intervenção no tema da moradia operária.

O processo de construção de casas populares e sua implementação pelo Estado não aconteceu sem embates. Remontando ao século XIX, percebemos os primeiros movimentos operários e a crescente demanda por moradia, em paralelo às transformações urbanas empreendidas pelo porfiriato para conferir à capital aspecto condizente com as grandes metrópoles da virada do século. Com a Revolução Mexicana, o tema assume lugar central na pauta das realizações, muito embora tenham sido poucas as obras efetivamente construídas. É neste período que o pensamento moderno chega ao País e alcança a prancheta dos arquitetos que vêem na racionalidade de meios e de formas o caminho para a produção em massa de moradias. São projetadas e construídas por Juan Legarreta casas populares de grande importância para a consolidação da linguagem moderna, que juntamente com Juan O’Gorman e Álvaro Arbutto compunham o grupo radical. A partir do final da década de 30 e início da década de 40, a arquitetura moderna se espalha como linguagem hegemônica e o Estado, por meio dos órgãos de aposentadorias, assume a tarefa da construção de habitações. Arquitetura moderna e Estado logo estarão inseparáveis na solução do problema, quando se construíram diversos conjuntos residenciais, muitos de grandes dimensões, com edificações destinadas à moradia, implantadas em espaços livres, e articuladas a equipamentos sociais, educativos, de saúde e de lazer.

Palavras-chave: arquitetura moderna mexicana, habitação social, conjuntos residenciais

*Abstract: This paper aims to present and discuss the more relevant accomplishments and debates about social housing in Mexico during middle XXth century. It also aims to discuss them in mexican modern architecture perspective. As in other latin american countries, in Mexico, modern architecture and social housing were put together in order to answer to the growing social pressures for government intervention in the issue.*

*Social housing construction and its implementation by the State did not happen without argue. Going back to XIXth century, one can perceive the first blue collar demands and the growing demand for housing at the same time that were taking place porfirian urban renovations to put the Capital as other important big cities at that time. With Mexican Revolution, the issue gained importance, although few houses were in fact built. By this time modern architecture start to be expressed in the country by some architects that saw in rationality the way to mass housing production. The houses designed by Juan Legarreta are particularly important for modern language consolidation, which along with Juan O’Gorman and Alvaro Arbutto formed the radical group. By the end of 1930’s and beginning of 1940’s modern architecture becomes State official language, and both will soon be inseparable in solving housing issues, by the construction of housing blocks in the middle of green areas with social, educational and health equipments.*

*Key-words: mexican modern architecture, social housing, housing blocks*

## **A Revolução Mexicana e os primeiros debates sobre a habitação popular**

As demandas por habitação tornaram-se fortes reivindicações dos trabalhadores após a Revolução Mexicana de 1910, mas tiveram que esperar por um bom período até de fato se tornassem realidade. A pouca ação, no entanto, não significou o desinteresse pelo tema por parte dos governos revolucionários.

Durante a luta revolucionária a preocupação com a habitação apareceu em alguns pronunciamentos e leis locais. Os regimes pós-revolucionários, pressionados por sindicatos de trabalhadores para apoio na construção de casas, viram a necessidade de promover arquitetura mais próxima do povo que, de alguma, forma atendesse aos problemas de salubridade.<sup>1</sup>

Algumas normatizações do habitar nos aspectos de saúde foram aprovadas, tais como regulamentação de dimensões de esquadrias, elevação do solo de modo a não permitir umidade e o emprego de materiais de fácil limpeza. Ademais, aprovaram-se leis que obrigavam empregadores a garantir moradia aos seus trabalhadores, que vieram no âmbito daquelas de busca por melhoria das condições de trabalho.<sup>2</sup>

Em 1917, o texto da Constituição reservou o artigo 123 pondo em lei que se considerariam de utilidade social as cooperativas de construção de casas baratas e higiênicas destinadas à aquisição pelos trabalhadores em prazos determinados, indo além das leis e decretos promulgados anteriormente. A Constituição de 1917 constituiria as bases institucionais do regime surgido com a Revolução. A composição do grupo que elaborou o texto garantiu que os interesses mais diversos estivessem representados. Ainda que calcada na Carta Magna aprovada pelos liberais em 1857, ela introduzia importantes modificações, como a atribuição de função social à propriedade privada, redução da carga horária de trabalho para oito horas, direito a sindicalização e a folga, além de reduzir o poder eclesiástico e dispor de instrumentos legais para a recuperação pelo país dos setores produtivos da mineração e do petróleo.<sup>3</sup>

No que tange à habitação, estaria a cargo da iniciativa privada, atrelando moradia ao trabalho exercido. Cumpria, ainda, ao investidor prover os serviços comunitários necessários à moradia. Ao governo não caberia tal tarefa, numa concepção que se distancia do uso socialista da terra e com o direito à habitação. Estando o Estado livre de construir casas, deveria fazer com a lei fosse cumprida e organizar o uso do solo urbano, tarefas assumiria até os anos 40, quando se iniciam programas públicos moradia aos trabalhadores.<sup>4</sup>

O objetivo constitucional, entretanto, ficou longe da concretização, sendo construídos alguns poucos conjuntos de habitação operária que seguiam tais preceitos. Em realidade, apenas dois: os conjuntos de Loreto e de Peña Pobre, contíguos às instalações de indústria papeleira da Cidade do México. Em Loreto o conjunto surgiu em 1906 a partir de bairro operário junto à fábrica, com casas adaptadas pelo empresário Alberto Lenz para seus trabalhadores. A mesma

---

<sup>1</sup> Juan Ignacio Barragán, *op. cit.*, 1994, p. 72.

<sup>2</sup> Infonavit, *Apuntes para la historia de la vivienda obrera en México*, 1992, p.53.

<sup>3</sup> Nelson Martínez Díaz. "Los radicalismos", 2008, p.532.

<sup>4</sup> Enrique De Anda Alanís, *Arquitectura mexicana de la década del cuarenta: la construcción de la modernidad*, 2001, p.217.

empresa construiu em 1924, em Peña Pobre, casas para os trabalhadores. Em ambos os casos, os conjuntos iniciais ganharam adaptações até os anos 1960.<sup>5</sup>

Como mencionamos, na década de 1920, a resposta do governo de Obregón às tais demandas foi pequena. Suas únicas iniciativas foram a criação de um bairro para trabalhadores no antigo hipódromo de Peralvillo e uma solicitação de crédito ao congresso para construção de casas, que não foi aprovada.

Foi Plutarco Calles quem iniciou a estratégia estatal para habitação ao criar em 12 de agosto de 1925 a Direção de Pensões Cívicas e Aposentadoria, o primeiro organismo estatal criado para enfrentar o problema dos trabalhadores.<sup>6</sup> Sua atuação era feita basicamente por meio da outorga de créditos hipotecários para aquisição e construção de casas próprias para serem vendidas ou alugadas aos trabalhadores. Em 1947 mudou de nome para ISSSTE – *Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado* e até 1954 outorgou mais de 14.500 empréstimos hipotecários e construiu diversas colônias para trabalhadores.<sup>7</sup> A Direção duraria 21 anos oferecendo créditos que possibilitariam, inicialmente, a construção de casas unifamiliares isoladas, depois conjuntos, e, numa terceira etapa, dando início aos conjuntos residenciais multifamiliares.

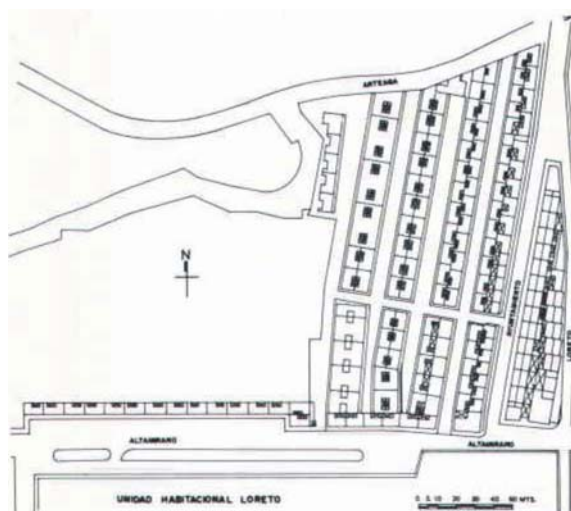


Figura 1: Casa do Conjunto Peña Pobre (1924) e implantação do Conjunto Loreto (Fonte: Francisco Covarrubias Gaitán (coord.), *La vivienda comunitária em México*, 1988, p.245)

Os esforços de produção de habitação e êxito da realização ficariam, até os anos 30, circunscritos às empresas privadas. Neste contexto arquitetos e engenheiros começaram a pensar e trabalhar sobre as questões da casa operária atendendo à demanda de empreendedores privados. Em 1925, por exemplo, o engenheiro José María Soroa projetou casas operárias com preceitos de racionalidade e não-desperdício. As empresas privadas, estimuladas pelas leis de isenção de impostos para construção de casas para aluguel viram no negócio boa possibilidade de rendas.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> Em espanhol *Dirección de Pensiones Civiles y Retiro*. Juan Ignacio Barragán, *Op. cit.*, 1994, p. 72.

<sup>7</sup> Enrique Ayala Alonso, *La arquitectura de masas*, 2007, p.35.

Contemporaneamente às primeiras leis estatais para fomento à casa operária, emergem posições explicitadoras de certo desconforto com os nacionalismos vigentes e as práticas arquitetônicas a ele associadas. A arquitetura moderna européia, conhecida por meio das publicações especializadas, despontava como alternativa de projeto e de intervenção na realidade e mais em acordo com as aspirações do momento político mexicano. O mal estar com os posicionamentos arquitetônicos estabelecidos encontram eco tanto nas possibilidades que se vislumbram de resolução do problema da habitação popular, quanto nas novas expressões formais. Deu-se início à associação entre produção em massa de moradia e movimento moderno, cujas materializações seriam profícuas nos anos 40. As idéias racionalistas ganharam fôlego num País que se debatia com tema desde o início do século e com governos pressionados por setores políticos em face das condições de pobreza do povo e dos problemas já antigos de habitação.<sup>8</sup>

Ainda na segunda metade da década de 20, ocorre a internalização e a maturação dos conceitos da arquitetura moderna, calcados na crítica ao ensino acadêmico. Depois da vigorosa fase nacionalista de Obregón e Vasconcelos se iniciou processo de franca abertura em favor da renovação, que teriam clara interface no tema do habitar e nas diversas propostas que realizariam nos anos seguintes pelas instituições estatais e bancos públicos criados para tal fim.<sup>9</sup>

### **A afirmação da arquitetura funcionalista e as experiências de moradia popular, anos 30**

A partir de 1930, segundo Graciela de Garay, a arquitetura chamada funcionalista deixa de ser uma experiência isolada para converter-se em produto social e de Estado. Em 1932 o arquiteto Juan O’Gorman constrói a série de 30 escolas racionais e, no ano seguinte, estado e iniciativa privada se unem para a materialização do projeto da “casa operária mínima”, a partir de concurso público.

As idéias racionalistas de arquitetura vinculadas ao movimento moderno florescerão no México por meio de duas vertentes. A primeira, que tem em José Villagrán García a liderança, chamada integralista, supunha que o sentido arquitetônico estava formado por uma série de valores independentes e hierárquicos, os quais levariam às soluções estéticas e de projeto. A segunda, conhecida por funcionalista radical, que tinha em Juan O’Gorman, Juan Legarreta e Álvaro Arbutto seus defensores, apregoava a satisfação das necessidades funcionais e o melhor aproveitamento dos recursos econômicos para a realização do projeto.<sup>10</sup> As duas correntes estiveram em confronto logo no princípio da década de 1930, perdendo força o funcionalismo radical em meados da década, após a morte de Legarreta em 1934, e a definitiva predominância, em âmbito historiográfico, de Villagrán como o expoente máximo do movimento moderno mexicano.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Graciela de Garay, *La arquitectura funcionalista en México*, 1978, p.5.

<sup>9</sup> Enrique de Anda Alanís, *Op. cit.*, p.87.

<sup>10</sup> Graciela de Garay, *La arquitectura funcionalista en México*, 1978, p.6.

<sup>11</sup> De acordo com Ramón Vargas Salguero, desde 1937 que Villagrán é reconhecido publicamente como inquestionável mestre da arquitetura moderna no México. Esta posição lhe foi dada pelas sucessivas gerações de profissionais que saíram da Escola Nacional de Arquitetura a partir de 1924, ano em que começou a dar aulas. Três foram as circunstâncias que contribuíram para a consolidação da influência de Villagrán no meio arquitetônico mexicano: a aparição da sua “teoria da arquitetura”, a construção das obras hospitalares nos anos 20 e a sólida promoção de que foi objeto por parte das várias gerações de arquitetos que nele reconheceram o mestre por

Na segunda metade da década de 20, Villagrán, em seus primeiros anos de docência, teve por alunos o grupo de arquitetos que logo depois formariam os “funcionalistas radicais”, defendendo o funcionalismo como única saída para a arquitetura de seu país, que são o trio O’Gorman, Arbutto e Legarreta. Eles representavam os novos estudantes que buscaram assimilar a linguagem da arquitetura chamada racional, e foram os primeiros a praticá-la em programas massivos para escolas e casas populares. Aprendendo na escola de arquitetura e com as revistas especializadas, os futuros arquitetos foram, aos poucos, liberando-se das referências exclusivas ao passado e incorporando o sentido arquitetônico como a soma de valores independentes e hierarquicamente estruturados.<sup>12</sup>

Incorporando as idéias de Le Corbusier e extraíndo delas seus aspectos puramente utilitários, e também bastante influenciados pelas idéias bauhausianas, O’Gorman, Arbutto e Legarreta entenderam que sua missão estava em servir ao povo. Identificaram o funcionalismo com a arquitetura despojada de qualquer excesso ou supérfluo, representativa de um país com problemas muito superiores a suas forças e recursos. Colocaram em primeiro lugar a satisfação das necessidades funcionais da arquitetura e o melhor aproveitamento dos recursos econômicos para a realização do projeto.

De Anda mostra que, por ter sido mais difundida, foi a obra de Le Corbusier a que mais impactou a nova geração de arquitetos mexicanos. Não somente através das fotografias que apresentavam suas propostas arquitetônicas, mas também pelo livro “Por uma Arquitetura”, que chegou ao país em 1926. Aos argumentos de Corbusier, os arquitetos acrescentaram o rechaço à estética, apregoando o nascimento de nova vocação arquitetônica, orientada à estrita solução dos problemas da habitação popular, devendo chamar-se “engenharia de edifícios”. A negação do caráter artístico da arquitetura culminaria, alguns anos depois, na condenação absoluta do funcionalismo por vários arquitetos, em 1933, nas “*Pláticas sobre Arquitectura*”, organizadas pela Sociedade de Arquitectos Mexicanos, que propôs discutir os rumos da arquitetura mexicana.<sup>13</sup>

---

excelência. Ramón Vargas Salgueiro. “Las reivindicaciones históricas en el funcionalismo socialista”, 1982, p.92. Enrique de Anda Alanís, *op. cit.*, 1990, p.111.

<sup>12</sup> Graciela de Garay, *op. cit.*, 1978, pp.17-18,38.

<sup>13</sup> Enrique De Anda Alanís, *Historia de la arquitectura mexicana*, 2007, pp.183-185.

Envolvidos com o tema da educação, o trio de arquitetos participou da renovação do próprio ensino de arquitetura, na qual fica evidente sua postura anti-acadêmica. A partir de 1931 interveem diretamente na formação da Escola Superior de Construção, juntamente com os engenheiros José Antonio Cuevas, José Gómez Tagle, Carlos Vallejo Márquez y Luis Enrique Ferro. Mais tarde transformada na ESIA, Escola Superior de Engenheiros e Arquitetos do Instituto Politécnico Nacional, deixou de ser curso profissionalizante para transformar-se em centro de estudos arquitetônicos, onde se fizeram os primeiros estudos de habitação popular e construções escolares com critério moderno. Na Academia de São Carlos foram excluídas do plano de estudos todas as matérias de cultura e formação artística, considerando-se a composição de arquitetura como resultado de processos intelectuais e racionais.

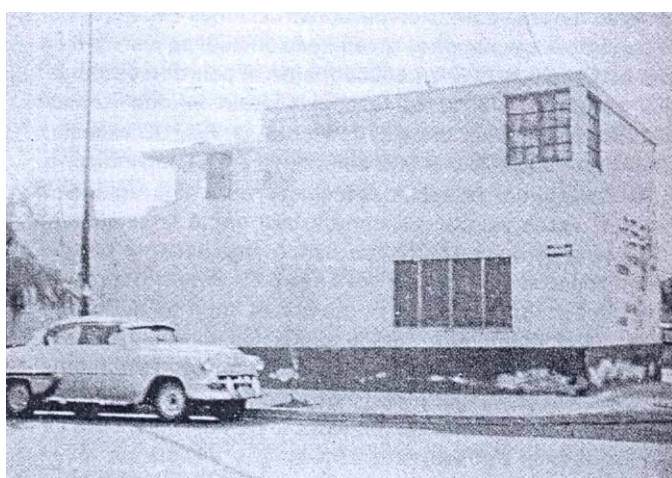


Figura 2: Moradia operária em série apresentada por Legarreta à Academia de São Carlos, 1930 (Fonte: DIRECCION DE ARQUITECTURA Y CONSERVACION DEL PATRIMONIO ARTISTICO CULTURAL, *Apuntes para la historia y crítica de la arquitectura mexicana del siglo XX: 1900-1980. Vol. 2*, 1980, p.88; Graciela de Garay, *La arquitectura funcionalista en México (1932-1934)*, 1978, anexo)

Em certa medida, O’Gorman foi transformando-se no líder do movimento funcionalista radical, adquirindo posição de maior destaque profissional, tanto por construir a casa-estúdio de Rivera e Kahlo, obra de destaque dos primeiros anos do funcionalismo, e também pelas escolas funcionalistas, vitrine das ações governamentais dos anos 30.<sup>14</sup>

Em 1932 O’Gorman foi chamado por Narciso Bassols, então Secretário de Educação Pública (1931-1934), para ocupar o cargo de Chefe do Departamento de Arquitetura da Secretaria, onde realiza as obras mais importantes de sua carreira, 24 escolas primárias no Distrito Federal, uma escola técnica e uma escola primária em Tamaulipas, todas em acordo com os preceitos funcionalistas de arquitetura de otimização, modulação, standardização e desenho.

No mesmo ano que o programa de escolas começa, o Conselho Consultivo do Departamento do Distrito Federal se envolve na aplicação de medidas para a resolução do problema da habitação. Abordando a antiga questão do inquilinato, iniciou trabalho de

<sup>14</sup> A primeira obra de Juan O’Gorman como arquiteto foi também a primeira casa modernista ou funcionalista do México, residência de seu pai Cecil O’Gorman, pintor e engenheiro, localizada no bairro de San Angel, na Cidade do México. Xavier Guzmán Urbiola, *Juan O’Gorman, sus primeras casas funcionales*, 2007.



identificação de terrenos desocupados de propriedade da União para a construção de pequenas habitações em madeira, de modo a alojar inquilinos de poucos recursos. Em paralelo, o arquiteto Carlos Obregón Santacilia, por meio da Sociedade de Arquitetos Mexicanos, convoca os arquitetos e engenheiros residentes no México a participar do concurso por ele presidido do Mostuário da Construção Moderna, que tinha por objeto a elaboração de estudo técnico para determinar quais eram as habitações adequadas às classes médias e trabalhadoras do País, considerando substancialmente os elementos econômicos e arquitetônicos.<sup>15</sup>

A proposta de Juan Legarreta e Justino Fernández foi a vencedora; Enrique Yañez ficou em segundo lugar, seguido de Carlos Tarditi e Augusto Pérez Palácios em terceiro. Também se tem conhecimento do projeto apresentado por Juan O’Gorman, que recebeu menção honrosa.

A repercussão do concurso da casa operária foi tamanha, e, dado o esforço do poder público para tomar parte no problema, fez com que Aaarón Sáenz, chefe do Departamento do Distrito Federal, pressionasse pela construção das casas, apoiado na Lei Orgânica do Distrito Federal e territórios federais, que estipulava como obrigação ao Distrito Federal favorecer a construção de casas higiênicas, mediante quantia módica, aos trabalhadores de baixa renda. Após intensas negociações quanto ao local, ao projeto e ao custo da construção, em 1933 foi anunciado o início das obras de construção de cem casas para trabalhadores no bairro de Balbuena, Cidade do México. No ano seguinte teve início a construção de novas casas no bairro de Plutarco Elías Calles, antigo bairro São Jacinto.



Figura 3: Casa do Conjunto San Jacinto  
(Fonte: Louise Noelle, *Arquitectos contemporâneos de México*, 1993, p.93)

Os conjuntos foram a primeira obra de habitação popular levada a termo pelo poder público mexicano, cujas casas eram destinadas a funcionários públicos de poucos recursos, que adquiriam as casas por meio de créditos concedidos por 20 anos. Para sua construção, Legarreta fez novos estudos, aproveitando aspectos dos três primeiros projetos colocados no concurso, gerando três novas tipologias habitacionais, inclusive com o sistema de “xícara e prato” de Yañez.

<sup>15</sup> Graciela de Garay, *op. cit.*, 1978, pp.70-71.



No final, foram erguidas 108 casas em Balbuena, 520 no Conjunto La Vaquita e 205 em San Jacinto, todos com três tipologias habitacionais.<sup>16</sup>

### **Outras proposições para habitação social dos anos 30 e 40**

Lázaro Cárdenas tornou-se presidente eleito do México em 1935 e inicia programa de reformas sociais de sentido nacionalista. Suas ações tiveram o apoio direto da esquerda mexicana e foram acompanhadas pelos movimentos populares através das organizações de massas que se formaram sob os auspícios estatais. Neste período, se definiu a estratégia do estado como o condutor do desenvolvimento do país.

Os seus propósitos de governo foram estruturados no Plano Sexenal de planejamento nacional e normatização das atividades econômicas e sociais no país de 1934 a 1941. O documento, elaborado pelo Partido Nacional Revolucionário (PNR), representou a culminação de idéias do maximato. Em linhas gerais, seus objetivos foram: aproveitamento das riquezas nacionais, aumento de salários dos trabalhadores, fomento à industrialização visando a criação de novos postos de trabalho e fundação de economia autônoma, dirigida pela inteligência e trabalhos mexicanos. Tais objetivos cumpriram-se parcialmente, ainda que passos muito significativos tenham sido dados, como a nacionalização da indústria petroleira e algumas ações da reforma agrária.<sup>17</sup>

O fortalecimento do estado através da imagem presidencial centralizadora do poder político, paradoxalmente, se encarregou de limitar as ações dos grupos operários e camponeses, impedindo que ultrapassassem as fronteiras da constituição e das relações sociais com a burguesia. Em 1938, quando aconteceu o congresso de planejamento, a divisão social entre os grupos operários e os donos do capital, a pressão externa por parte das empresas afetadas pela expropriação por parte dos credores norte-americanos que exigiam indenizações pelos danos da guerra revolucionária, criaram clima político de enorme tensão.<sup>18</sup>

Os debates sobre a arquitetura moderna e a habitação operária mexicanas continuaram com intensidade no final dos anos 30, impulsionados pelas condições políticas e pela realização do “*XVI Congreso Internacional de Habitación y Vivienda*”.

O Congresso foi realizado na Cidade do México de 13 a 17 de agosto de 1938, organizado pela sessão mexicana da “*International Federation for Housing and Town Planning*”, apoiado diretamente pelo governo de Lázaro Cárdenas e pela municipalidade da Cidade do México, que se fez presente com funcionários e exposições temáticas sobre planejamento urbano.

O congresso ocupa lugar de destaque na história da arquitetura mexicana, do qual se pode extrair, a partir das apresentações, o estado de ideias sobre habitação coletiva no final do período cardenista. Conforme afirma De Anda, no congresso se inicia a circulação de temas por parte dos técnicos presentes e dos administradores governamentais que deram forma aos programas dos

---

<sup>16</sup> Infonavit, *op. cit.*, 1992, p.61.

<sup>17</sup> Rafael López Rangel, *op. cit.*, 1989, p.136.

<sup>18</sup> Enrique De Anda Alanís, *op. cit.*, 2001.

grandes conjuntos residenciais dos anos 40 e 50, ainda que levados a cabo por outros arquitetos não presentes ao Congresso. No final dos anos 30, no México, já havia informações e corpo de idéias bem estruturadas sobre a habitação coletiva em altura, mas faltavam circunstâncias para a consolidação dos projetos.

O comitê executivo foi composto por Carlos Contreras,<sup>19</sup> presidente, José A. Cuevas, secretário e Carlos Tarditi, tesoureiro. Na organização do congresso foram feitas algumas publicações de assunto correlatos ao tema, como glossário de termos técnicos em inglês, francês, espanhol, alemão e italiano, planos da Cidade do México do século XVI em diante, “Planejamento da Cidade do México” por Carlos Contreras, “Projeto para a Cidade Operária” pela União de Arquitetos Socialistas, exposição de trabalhos dos participantes, que incluiu países como França, Cuba, Alemanha, Argentina, Polônia, África do Sul e Estados Unidos, além de visitas técnicas e cursos.<sup>20</sup>

No entender de De Anda, que estudou em pormenor o Congresso, duas apresentações foram centrais no debate sobre habitação, sobretudo no que tange a defesa dos conjuntos multifamiliares: a de Carlos Contreras, “*Sobre el problema de la habitación rural, urbana y semi urbana*” e a de Alberto Zamora, funcionário do Bando Hipotecário Urbano e de Obras Públicas, órgão que teve grande responsabilidade no financiamento de conjuntos habitacionais, que apresentou “*Sobre los problemas de la habitación en nombre del Banco Nacional Hipotecario Urbano y de Obras Publicas*”.<sup>21</sup>

Contreras, em sua apresentação, faz a primeira crítica que se conhece das unidades habitacionais projetadas por Juan Legarreta, defendendo o que depois foi transformado na Lei da Habitação Barata, que construíssem edifícios de até seis pavimentos para atender aos trabalhadores, no centro da Cidade do México, e, nas imediações deste, unidades de um a três andares, dispostas em amplos espaços abertos.<sup>22</sup>

Zamora falou sobre a necessidade de converter a construção de casas baratas para trabalhadores em investimento comercialmente atrativo à iniciativa privada, defendendo para tanto, a otimização dos empreendimentos. Neste sentido, os blocos de apartamentos seriam mais viáveis economicamente. Assim como Contreras, citou os conjuntos Balbuena, San Jacinto e La Vaquita do Distrito Federal, dizendo que favoreciam o crescimento horizontal da cidade, já que localizados nas suas franjas, elevando os custos de urbanização e provocando o desequilíbrio financeiro na administração municipal. Concluiu a apresentação listando as qualidades que deveriam ter um projeto de densificação populacional por meio da construção de habitações multifamiliares: 1. o centro da cidade seria organizado em anéis concêntricos, sendo o primeiro a parte histórica a partir do Zócalo e o segundo a primeira periferia; 2. demolição de todas as habitações precárias

---

<sup>19</sup> Carlos Contreras formado em arquitetura pela Escola Nacional de Arquitetura com estudos de especialização no estrangeiro, foi precursor do planejamento no México, presidindo a Associação Nacional para o Planejamento da República Mexicana e dirigiu a revista da sociedade chamada *Planificación* desde 1927. Sobre sua trajetória ver Gerardo G. Sánchez Ruiz (coord.). *Planificación y urbanismo visionarios de Carlos Contreras*. Escritos de 1925 a 1938, 2003.

<sup>20</sup> Raquel Franklin Unkind. Hannes Meyer in Mexico (1939-1949), 1999, p.120.

<sup>21</sup> Enrique De Anda Alanís. *op. cit.*, 2001, p.98.

<sup>22</sup> Idem, pp.99-102.

dentro destes anéis; 3. construção de edifícios multifamiliares; 4. construção de jardins e parques nas áreas resultantes das demolições; 5. construção de 50.000 novas habitações; 6. convite à participação do setor privado; 7. liberação em no máximo 20 anos de créditos para aquisição de imóveis; 8. o pagamento dos compradores das habitações seria de 4 a 5 pesos por habitação.<sup>23</sup>

Como complemento ao programa de comunicações do congresso, os organizadores propuseram a utilização dos espaços de exposição do Palácio de Belas Artes para apresentar maquetes, fotografias, reportagens e propostas para o melhor aproveitamento do solo urbano da Cidade do México. Os arquitetos ligados à UAS – União de Arquitetos Socialistas tiveram então a oportunidade de apresentar suas idéias por meio da exposição do “Projeto para a Cidade Operária”, acompanhado do texto “Princípios da Doutrina Socialista de Arquitetura”.

O grupo de arquitetos socialistas, considerados a segunda geração de funcionalistas, apareceu como tal pela primeira vez neste congresso e pela última, em 1939, no concurso do edifício para a Confederação de Trabalhadores Mexicanos. Sua composição variou, mas esteve representada no congresso de planejamento por Alberto Arai, Raul Cacho, Enrique Guerrero e Balbino Hernández. O grupo, acrescido dos arquitetos Enrique Yañez, Álvaro Arbutó, Ricardo Rivas, Luis Cuevas Barrena e Raul Cacho, retomando com veemência as proposições do início dos anos 30, buscou fazer a arquitetura mexicana do socialismo.<sup>24</sup>

O projeto para a Cidade Operária para 200.000 habitantes, localizava-se a noroeste da Cidade do México, na região que a partir dos anos 40 se tornou a principal zona industrial do México. No projeto fica clara a filiação ao pensamento socialista, guardando grandes semelhanças com o projeto construído em Moscou por Moisei Guingburg para o “Stroikom RSFSR” de 1928-29, peculiaridade teórica no contexto mexicano dos anos 30. Os arquitetos do grupo, que tinham em torno de 25 anos na ocasião, haviam se formado no momento de afirmação da revolução mexicana, acreditando na luta de classes e no poder das reivindicações populares. A Cidade Operária proposta estava, portanto, impregnada dos ideais socialistas. Por exemplo, na célula habitacional só deveriam viver os pais com os filhos de até 2 anos de idade, devendo os de 3 a 7 anos dormir em locais anexos aos cuidados de pessoas especializadas e os mais velhos seriam internos nas escolas. Outras funções da casa eram reduzidas ao mínimo ou extintas de seu interior, como a cozinha mínima apenas para café da manhã, e os banheiros coletivos nos corredores de cada andar do edifício. Os modelos familiares desagregavam-se em favor da otimização das funções e redução da área construída.<sup>25</sup>

Sobre a Cidade Operária, Gorelik comenta:

*(...) a “Cidade Operária” é o típico exercício de propaganda que chama de planificação à antecipação arquitetônica de um futuro sociopolítico imaginário. Repetindo utopias produtivas, identificando planificação com regulamentação em chave biológica da vida e os horários da família em enormes unidades habitacionais (...)*<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Idem, pp.103-107.

<sup>24</sup> Ramón Vargas Salgueiro, “Il Império de la Razón”.

<sup>25</sup> Idem, p.122-125.

<sup>26</sup> Adrián Gorelik, p. 124.

O grupo de arquitetos socialistas esteve ativo por cerca de dois anos, participando das reivindicações e lutas operárias. Com fim da gestão de Cárdenas em 1940 e a tomada de posição frente ao socialismo e ao anti-imperialismo norteamericano, o grupo arrefeceu. Nem como grupo e sequer individualmente os componentes da União voltam a defender publicamente as posições socialistas.

### **Anos 40, a habitação popular como tarefa de Estado**

Como pudemos ver, os primeiros governos estáveis constituídos na década de 20 tiveram por tarefa atender às demandas dos setores populares, o que concedeu ao campo da arquitetura inúmeras possibilidades de realizações. Construíram-se durante os anos 20 e 30 escolas, hospitais e creches que consolidaram dada maneira de trabalhar por parte dos arquitetos ligados ao aparato estatal.

Nos anos 40, novas reivindicações políticas e sociais passam a ocupar a agenda dos governantes General Manuel Ávila Camacho (1940-1945) e Miguel Alemán Valdés (1946-1952), atuando para alcançarem os mesmos objetivos. A modernidade aparece como importante substantivo, transformada em pouco tempo em objetivo do país e objeto em torno dos quais se organizaram projetos produtivos, culturais e sociais. Os grandes temas de ambos governos foram as grandes obras públicas, as escolas e hospitais durante a gestão de Ávila Camacho e a Cidade Universitária e os conjuntos residenciais do período de Miguel Alemán.<sup>27</sup>

Num esforço sem precedentes na história mexicana do século XX, o tema da habitação coletiva tornar-se-ia prioritário nos anos 40. Nunca nenhum governo havia destinado tal quantidade de recursos tanto para o estudo em detalhe da moradia da classe média, quanto para a construção de edifícios públicos habitacionais, que se tornaram marcos na história da arquitetura mexicana e da Cidade do México.<sup>28</sup>

Ávila Camacho, aproveitando a situação de guerra mundial e de grande demanda por matérias primas por parte dos EUA, busca integrar a economia mexicana ao contexto mundial. Aproveitou o momento de grande aporte de recursos norteamericanos nos anos 40, para continuar o programa de industrialização iniciado por Cárdenas. Para tanto, o governo agiu em duas frentes: financiamento de projetos de crescimento iniciados pelo setor privado e estímulo a certos setores da economia, cuja produção seria necessária ao desenvolvimento do país, dentre os quais a construção de obras públicas.<sup>29</sup>

O tema da habitação para os trabalhadores esteve na pauta das realizações políticas desde 1910, sem que o Estado, nos primeiros anos, tivesse assumido como sua tal tarefa. Alguns fatores contribuíram para que somente a partir dos anos 40 isto acontecesse: a Constituição de 1917 que atribuía a obrigação aos investidores privados, os diversos enlances políticos da administração cardenista que deram mais atenção aos problemas rurais do que à problemática

---

<sup>27</sup> Enrique De Anda. *Arquitectura mexicana de la década del cuarenta: la construcción de la modernidad*, 2001, p.25.

<sup>28</sup> Idem, p.26.

<sup>29</sup> Idem, p.52-54.

urbana e o equilíbrio de forças do maximato para fortalecer a base capitalista da economia mexicana.

A pressão social, que ganhou força política, era grande, vinda principalmente do movimento do inquilinato. A habitação de aluguel se converteu na alternativa mais utilizada para a provisão de moradia nas cidades com grande crescimento urbano e industrial. O aluguel tornou-se um mercado estimulado pela forte demanda, que, somado à inexistência de política imobiliária que o equilibrasse, gerou o aumento dos preços. Em todo país organizaram-se movimentos de inquilinos reivindicando a construção de novas habitações e a contenção nos preços dos aluguéis.

Na gestão de Plutarco Elías Calles e do maximato, os movimentos de inquilinato foram se diluindo, retomando no contexto das lutas políticas do período de Cárdenas. As medidas mais efetivas de enfrentamento da questão se deram com Ávila Camacho: em julho de 1942 decretou o congelamento dos aluguéis e no ano seguinte fez com que os proprietários estendessem os contratos. As disposições tinham caráter temporário, durando enquanto houvesse a II Guerra Mundial, mas ambos decretos foram prorrogados em 1947.<sup>30</sup>

Neste contexto, a habitação popular entrou na agenda prioritária de realizações com Miguel Alemán, que a destacou entre as quatorze ações principais de seu governo. O Estado se reconheceu o responsável pela moradia de seus trabalhadores, ou seja, dos funcionários públicos. O problema inicial era com que aporte de recursos construir as casas e, dentro do Estado, a quem caberia a tarefa da construção, já que não havia neste momento nenhum departamento ou instituição que cuidasse especificamente do problema.

Estruturou-se a ação de construção de conjuntos residenciais, chamados no México de “multifamiliares”, a partir do binômio Banco Nacional Hipotecário Urbano e de Obras Públicas, reorientado para apoiar o financiamento habitacional, e Direção de Pensões e Retiros, que já existia, mas agia outorgando créditos hipotecários para a aquisição de moradias. Em 1949 o BNHUOP dedicou-se a promover e dirigir as inversões de capitais em obras, serviços públicos e habitações populares, e trabalhou como condutor e administrador dos recursos federais estabelecidos para a edificação dos conjuntos.

Vale dizer que várias leis foram promulgadas no final dos anos 40 especificamente para tratar do tema: criação do Banco de Fomento à Habitação (1946), lei de outorga de autorização para empréstimos para habitação popular (1946), lei dos serviço público de habitações populares (1946), lei orgânica do Banco Nacional Hipotecário e de Obras Públicas (1947 e 1949) e decreto de prorrogação da lei de aluguéis (1948).<sup>31</sup>

Conforme havia se gestado em anos anteriores, sobretudo no congresso de planejamento e urbanismo, a opção formal das habitações operárias recaiu sobre a forma de conjuntos habitacionais verticalizados. A primeira preocupação era atender às classes médias urbanas que, além de vitimadas pelo problema, eram os principais aliados políticos do presidente. A segunda tinha raízes nas questões econômicas. A construção de habitações na Cidade do México não

<sup>30</sup> Juan Ignacio Barragán, *op. cit.*, 1994, pp.64-67.

<sup>31</sup> Infonavit, *op. cit.*, 1992, p.68.

apenas reduzia os custos trabalhistas que recaíam sobre o setor privado mas beneficiava as indústrias do ramo da infraestrutura e da construção. Ademais, nos anos 40 e 50, o rápido desenvolvimento industrial contribuiu para a inflação e muitos dos aliados de Alemán temiam que os trabalhadores demandassem aumentos e a provisão de habitações poderia arrefecer tal intenção.<sup>32</sup>

A Direção de Pensões, em 1949 foi transformada em “*Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado*” – ISSSTE, o Banco Nacional Hipotecário Urbano e de Obras Públicas, o Instituto Mexicano de Seguro Social (fundado em 1956) e o Instituto Nacional de Habitação (criado em 1954 por Alemán, mas funcionando na gestão de Adolfo Ruiz Cortines) foram os quatro instrumentos básicos pelos quais o Estado Mexicano interveio na solução do problema habitacional.

Os anos 50 e 60 se caracterizam pelo decréscimo paulatino do investimento privado em habitação de aluguel para setores de recursos baixos e médios. Os institutos prosseguiram investindo na construção de conjuntos residenciais, e, o ISSSTE construiu entre 1947 e 1964 mais de 45.000 moradias, a maior parte no Distrito Federal e para aluguel. Fundamental foi a ação do Banco Nacional Urbano e de Obras Públicas (transformado em Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos em 1965) que desde 1954 incluiu em suas dependências o Fundo de Habitações Populares. A produção do banco entre 1947 e 1970 alcançou a cifra de 33.000 habitações, dentre as quais se destacam a Unidade Jardim Balbuena (1952), a Unidade Modelo (1954), a Colonia de Vidrio (1958) e San Esteban (1959).

O Instituto Mexicano de Seguro Social, criado em 1943, iniciou em 1954 o trabalho de construção de conjuntos habitacionais, como Santa Fé (1954-1956), Navarte (1954), Tlanepanta (1954) e Legarria (1954). Funcionando por período menor, até 1963, promoveu 10.600 unidades, das quais se deve citar, ainda, o conjunto Ayotla e Tlatilco, de 1956 e 1957 respectivamente, e a Unidade Independência (1959-1960). Todos os conjuntos do IMSS se caracterizaram pela amplitude de serviços disponíveis, como escolas, creches, centros de seguro social, centros comerciais, teatros e praças cívicas.

Em 1954 foi fundado o Instituto Nacional de Vivienda (INV), com o objetivo de atender as necessidades habitacionais dos setores economicamente frágeis, analisar o problema habitacional e estabelecer uma política habitacional. Sua ação representou um total de 14.000 habitações.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Enrique De Anda, *op. cit.*, 2001, pp.262-263.

<sup>33</sup> Francisco Covarrubias Gaitán (coord.), *op. cit.*, 1988, p.284.

## **Centro Urbano Presidente Miguel Alemán**

A primeira realização efetiva em matéria de promoção estatal de grandes conjuntos residenciais no México foi o Centro Urbano Presidente Alemán - CUPA, ou Multifamiliar Miguel Alemán, inaugurado em 1949 e projetado por Mário Pani.

Inicialmente, Pani havia sido procurado pela Direção de Pensões para realizar projeto habitacional de 200 casas num terreno de 40000 m<sup>2</sup>, no bairro Del Valle, hoje centro moderno da Cidade do México. O arquiteto, no entanto, sugeriu que se ocupasse o terreno de maneira mais eficaz e fez uma contra proposta que acabou vigorando. Cerca de 25% do terreno seria construído com nove edifícios altos de treze pavimentos e seis edifícios mais baixos de três pisos. O restante do lote serviria a espaços livres ajardinados e áreas comunais como escola, creche e piscina. A vinculação com o movimento moderno, em particular com as visões de Le Corbusier são evidentes, tanto no programa habitacional quanto na disposição em *redan* dos edifícios altos.

Mário Pani,<sup>34</sup> nasceu no México onde morou até 1928 quando vai para Paris cursar a Escola de Belas Artes, onde se formou em 1934, apresentando o projeto *Maison au Mexique*. Retornou no mesmo ano para o seu país, iniciando em seguida a prática profissional. Esteve, portanto, fora dos círculos locais de discussão dos destinos da arquitetura mexicana, mas sua chegada coincide com a arrancada econômica e industrial do país e a definitiva incorporação da linguagem do movimento moderno.

Pani consolidou a carreira trabalhando para clientes particulares, inicialmente seu tio Alberto J. Pani, quem lhe encomendou o projeto e a construção do Hotel Reforma, o primeiro hotel moderno do México. Nos anos 40 e 50 realiza diversas obras públicas, como escolas, hospitais, edifícios governamentais e públicos como a reitoria da Cidade Universitária, seguindo com a prática projetual privada. Em 1938 funda aquela que seria a revista mexicana de arquitetura mais importante do período, divulgadora da linguagem moderna, a *Arquitetura México*, que existiu por longos 40 anos, publicando um total de 119 números. O seu envolvimento com a habitação iniciou-se com CUPA, ao qual se seguiram diversos outros projetos de conjuntos emblemáticos da história da arquitetura moderna mexicana.

Os blocos em *redán* abrigam 1080 apartamentos, para uma população aproximada de 5000 habitantes. Nos blocos altos, a circulação vertical é feita por elevadores (total de 20) ou por escadas localizadas nas extremidades de cada edifício, dando acesso aos corredores de circulação horizontal que perpassam por todos eles e por onde de chega à moradias. Estas são organizadas em duplex: no andar inferior, a sala e cozinha, e no superior, uma planta livre para que os moradores a subdividissem conforme a necessidade familiar. Só havia circulação horizontal a cada três pisos, e o elevador faz apenas cinco paradas. Todo o andar térreo é ocupado por lojas que são acessíveis não só aos moradores do conjunto, mas aos moradores da cidade, já que está completamente integrado ao tecido construído da cidade.

---

<sup>34</sup> Sobre a obra de Mario Pani ver Graciela de Garay, Mario Pani – vida y obra, 2004; Louise Noelle, Mario Pani, ;



Funcionando como unidade de vizinhança, o conjunto foi projetado para ter os serviços considerados essenciais ao habitar, como escola para 600 alunos, creche, lavanderia com máquinas individuais de lavar e de secar, posto médico, quadras esportivas e piscina.

No que se refere aos materiais, construiu-se o conjunto utilizando as mais modernas técnicas em concreto armado disponíveis na ocasião, dada a pantanosidade do terreno da Cidade do México e os perigos de sismos. Os acabamentos foram dados em concreto aparente e ladrilho vermelho, que contrasta com as esquadrias brancas em madeira das janelas e com os guarda-corpos dos corredores em ferro pintado de branco.

### **Centro Urbano Presidente Juárez**

Um ano após o término das obras do CUPA, a Direção de Pensões comissionou a Mário Pani outro projeto habitacional, o Multifamiliar Juárez. Seu projeto também foi feito com base no conceito da super-quadra e da unidade de vizinhança, inseridas em meio a área verde. O novo conjunto, construído em 1951 e 1952, era composto de 19 edifícios de alturas diversas (um edifício de treze andares, cinco de dez andares, quatro de sete andares e nove de quatro pisos), num total de 984 apartamentos com doze tipos.

Neste projeto, Pani tratou de multiplicar as alternativas de moradia e oferecer doze tipos de apartamentos, em edificações variadas, o que permitiu uma melhor distribuição interna. Deste critério derivou a possibilidade de agrupar os moradores conforme as características familiares e o número de filhos. Aproveitando também o fato de que o conjunto se localizava junto a um estádio, um centro esportivo e uma escola em meio a grande parque, deu-se atenção particular às áreas de lazer.



Figura 5: Conjunto Residencial Presidente Miguel Alemán (Fonte: fotos próprias, 2008)

O conjunto é cercado pela circulação de veículos, completamente independente da circulação de pedestres, de forma que todas as vias que entram pela unidade acabam em estacionamentos. Numa solução urbanística ambiciosa, Pani fez com que a via expressa que cortaria a unidade passasse por baixo de uma das edificações.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Graciela de Garay, *op. cit.*, 2004, pp.41-44.

No que se refere às artes plásticas, houve preocupação particular neste conjunto, que contava com painéis de Carlos Mérida e Alfonso Soto Soria com motivos pré-hispânicos abstratos, feitos em concreto pintado.

O conjunto foi gravemente afetado pelo terremoto que em 1985 atingiu a Cidade do México, restando porção pequena do fora quando construído. Os edifícios altos foram completamente destruídos, restando alguns dos mais baixos.



Figura 7: Conjunto Residencial Juárez (Fonte: fotos própria, 2008)

## Centro Urbano Presidente Adolfo López Mateos, Nonoalco-Tlatelolco



Figura 8: Conjunto Residencial Nonoalco-Tlatelolco (fonte: fotos própria, 2008)

Nonoalco-Tlatelolco é um dos projetos mais significativos do urbanismo mexicano.<sup>36</sup> Projeto por Mário Pani e executado entre 1964 e 1966, o conjunto foi construído num terreno de 2000x500 m, a Unidade é conformada por uma série de blocos prismáticos, com alturas variáveis de 4 a 22 pisos, dispostos em meio a jardim, com circulação que segrega carros de pedestres, marcando claro contraste com as edificações do entorno.

O conjunto, dividido em três super-quadras, seria capaz de abrigar 80.000 habitantes, num terreno de um milhão de metros quadrados. Pani aplicou a mesma prática dos outros conjuntos de ocupar 20% do terreno com área construída e deixar 80% para áreas verdes. Foram construídos também centros comerciais, de serviços, escolas e áreas esportivas.

O conjunto faz parte de um processo de regeneração urbanística da Cidade do México, em que a produção de um nódulo urbano garantiria melhor vida urbana e novas formas de identificação espacial no país. Agindo em zonas que, na opinião do arquiteto, estavam muito decadentes e impedindo o crescimento ordenado da metrópole, tinha como referência o Plano Voisin de Le Corbusier para Paris.<sup>37</sup>

Este era molde de vida que se equiparava com a política urbana de Ernesto Uruchurtu, à frente do Distrito Federal de 1952 a 1966. Em seu mandato solidificou-se a tradição da modernidade, num processo radical de modernização metropolitana, de saneamento em grande escala, eliminando parcelas conflitivas da vida social para criar super-quadras bem ordenadas e controladas.

As referências estéticas e urbanas do uruchurtismo eram as unidades de vizinhança Miguel Alemán e Presidente Juárez, ambas provocadoras de rupturas importantes na paisagem urbana da cidade. No caso de Nonoalco-Tlatelolco a ruptura foi ainda mais drástica, pois o sítio em que está implantado, chamado de “ferradura dos tugúrios”, nas imediações do centro histórico, era local sagrado para os astecas. Anteriormente à construção do conjunto estavam lá instalados as instalações na ferrovia nacional, transferidas para o norte. Quando da construção do conjunto,

<sup>36</sup> Peter Krieger, “Nonoalco-Tlatelolco”, 200, p.237.

<sup>37</sup> Graciela de Garay, *op. cit.*, 2004, p.51.

destruíram-se não só os testemunhos da industrialização e do sistema de vias férreas, mas importantes vestígios arqueológicos da cidade pré-hispânica de Tlatelolco encontradas durante a abertura das fundações dos edifícios.<sup>38</sup>

O terremoto que em 1985 destruiu o Conjunto Residencial Presidente Juárez, afetou também várias edificações de Nonoalco-Tlatelolco, em função da falta de manutenção dos prédios, erro nos cálculos estruturais e da própria característica do subsolo da Cidade do México.

---

<sup>38</sup> *Idem*, p.241.

## Referências bibliográficas

- AJA, Marisol. "Juan O'Gorman", 1982, p.45. In: DIRECCION DE ARQUITECTURA Y CONSERVACION DEL PATRIMONIO ARTISTICO CULTURAL. Apuntes para la historia y crítica de la arquitectura mexicana del siglo XX: 1900-1980. Vol. 2. Números 22-23. México: Secretaria de Educación Publica / INBA, 1982.
- ALVA MARTÍNEZ, Ernesto La búsqueda de una identidad. In: GONZÁLEZ GORTÁZAR, Fernando (coord.) Arquitectura mexicana del siglo XX. Mexico: Conaculta, 2004.
- ARÍAS MONTES, J. Victor (coord.). Juan O'Gorman, arquitectura escolar 1932. México: UAM-A, UNAM, UASLP, 2005.
- AYALA ALONSO, Enrique. "La arquitectura de masas. El espacio habitacional del movimiento moderno". In: PERAZA GUZMÁN, Marco Tulio (coord.). La memoria inmediata: patrimonio siglo XX. Mérida, México: Universidad Autónoma de Yucatán, 2007.
- BARRAGÁN, Juan Ignacio. *100 años de vivienda en México. Historia de la vivienda en una óptica económica e social*. México: Urbis Internacional, S.A. de C.V. Grafo Empaques, S.A, 1994.
- BURIAN, Edward R. (ed.) Modernidad y Arquitectura en México. México/Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- CAMPOS, José Angel; LEAL, Felipe; BUENDÍA, José Maria. Tres acercamientos a Barragán. UAM-X, 2004.
- CRUZ, Lourdes, "José Villagrán García". In: NOELLE, Louise (comp.). Fuentes para el estudio de la arquitectura en México. Siglos xix-xx. Mexico: Instituto de Investigaciones Estéticas, 2007.
- COVARRUBIAS GAITÁN, Francisco (coord.). La vivienda comunitaria em México. México: Infonavit, 1988.
- DE ANDA, Enrique X. *Arquitectura mexicana de la década del cuarenta: la construcción de la modernidad. Los multifamiliares durante el alemanismo*, México, UNAM. Tesis para obtener el grado de doctor en Historia del Arte, Facultad de Filosofía y Letras, 2001. ok
- \_\_\_\_\_. *La arquitectura de la Revolución Mexicana: corrientes y estilos en la década de los viente*. México, UNAM-Instituto de Investigaciones Estéticas, 1990.
- DE ANDA ALANÍS, Enrique X. (coord.), *Ciudad de México: arquitectura 1921-1970*, Sevilla, Junta de Andalucía, 2001.
- DIRECCION DE ARQUITECTURA Y CONSERVACION DEL PATRIMONIO ARTISTICO CULTURAL. Apuntes para la historia y crítica de la arquitectura mexicana del siglo XX: 1900-1980. Vol. 1. Números 20-21. México: Secretaria de Educación Publica / INBA, 1982.
- \_\_\_\_\_. Apuntes para la historia y crítica de la arquitectura mexicana del siglo XX: 1900-1980. Vol. 2. Números 22-23. México: Secretaria de Educación Publica / INBA, 1982.
- GARAY, Graciela de (Coord.) Modernidad habitada: Multifamiliar Miguel Alemán, Ciudad de México, 1949-1999. México: Instituto Mora, 2004.
- \_\_\_\_\_. Mario Pani, Historia oral de la Ciudad de México. Testimonios de sus arquitectos (1940-1990). México: Instituto Mora, 2000.
- \_\_\_\_\_. Mario Pani: vida y obra. México: UNAM, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Rumores y retratos de un lugar de la modernidad: historia oral del Multifamiliar Miguel Alemán 1949-1999*. México: Instituto Mora; UNAM/Facultad de Arquitectura, 2002.
- \_\_\_\_\_. *La arquitectura funcionalista en México (1932-1934): Juan Legarreta y Juan O'Gorman*, México, Universidad Nacional Autónoma de México-Facultad de Filosofía y Letras, Colegio de Historia. Tesis de licenciatura, 1978.
- GORELIK, Adrián. "México. As viagens da vanguarda, 1930-1940". In: GORELIK, Adrián. Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GORELIK, Adrián & Liernur, Jorge Francisco (comp.), *La sombra de la vanguardia, Hannes Meyer en México 1938-1949*, Buenos Aires, Proyecto Editorial, FADU/UBA/SCA, 1993. ok
- GONZÁLEZ GORTÁZAR, Fernando (coord.) Arquitectura mexicana del siglo XX. Mexico: Conaculta, 2004.
- GONZÁLEZ LOBO, Carlos. Guía O'Gorman. México: INBA, Arquine + RM, 2008.
- GUZMÁN URBIOLA, Xavier. Juan O'Gorman: sus primeras casas funcionales. México: UNAM/INBA, 2007.
- INFONAVIT. Apuntes para la historia de la vivienda obrera en México, México: INFONAVIT, 1992.

JOSE Villagran Garcia. Mexico : UNAM, Facultad de Arquitectura, 1990.

LÓPEZ RANGEL, Rafael. Apuntes para la historia y crítica de la arquitectura mexicana del siglo XX: 1900-1980. Vol. 1. México: INBA, 1982.

\_\_\_\_\_. La modernidad arquitectónica mexicana, antecedentes y vanguardias, 1900-1930. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, 1989. ok

\_\_\_\_\_. Orígenes de la arquitectura técnica en México, 1920-1933. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, 1984.ok

MARIO Pani Darqui. Mexico: UNAM, Facultad de Arquitectura, 1990.

MARTÍN-HERNÁNDEZ, Federico E. Arquitectura doméstica de la Ciudad de México (1890-1925). México, UNAM, 1981.

MARTÍNEZ DÍAZ, Nelson. "Los radicalismos". In: LUCENA, Manuel; LYNCH, John; HAMNET, Brian; KÖNIG, Hans-Joachim; NADERLE, Adam; CARMAGNANI, Marcello. Historia de Iberoamerica. III. Historia Contemporánea. 4ª edición. Madrid: Cátedra, 2008.

NOELLE, Louise (comp.). Mario Pani. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Estéticas, 2008.

\_\_\_\_\_. Fuentes para el estudio de la arquitectura en México. Siglos xix-xx. Mexico: Insituto de Investiagciones Estéticas, 2007.

\_\_\_\_\_. Arquitectos contemporáneos de México. 2ª ed. México: Trillas, 1993.

PANI, Mario. Historia oral de la ciudad de México. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2000

\_\_\_\_\_. *Los multifamiliares de pensiones*, México, Editorial Arquitectura, 1952, pp. 39-56. UNAM. NA7860 P35

RIVADENEYRA, Patricia. Hannes Meyer: vida y obra. México: UNAM/ Facultad de Arquitectura, 2004.

SALGUEIRO, Ramón Vargas. "Las reivindicaciones históricas en el funcionalismo socialista". In: DIRECCION DE ARQUITECTURA Y CONSERVACION DEL PATRIMONIO ARTISTICO CULTURAL. Apuntes para la historia y crítica de la arquitectura mexicana del siglo XX: 1900-1980. Vol. 2. Números 22-23. México: Secretaria de Educación Publica / INBA, 1982.

SÁNCHEZ RUIZ, Gerardo G. (coord.) Planificación y urbanismo visionarios de Carlos Contreras: escritos de 1925 a 1938. México, D.F : UNAM, 2003.

SÁNCHEZ RUIZ, Gerardo. "Las condiciones sociales que exigieron la opción técnica de las escuelas Bassols-O'Gorman", 2005, pp.37-40. In: ARÍAS MONTES, J. Víctor (coord.). Juan O'Gorman, arquitectura escolar 1932. México: UAM-A, UNAM, UASLP, 2005.

TOCA, António. "Arquitectura posrevolucionaria en México." 1920-1932, In: DIRECCION DE ARQUITECTURA Y CONSERVACION DEL PATRIMONIO ARTISTICO CULTURAL. Apuntes para la historia y crítica de la arquitectura mexicana del siglo XX: 1900-1980. Vol. 1. Números 20-21. México: Secretaria de Educación Publica / INBA, 1982.

UNKIND, Raquel Franklin. Hannes Meyer in México (1939-1949). Israel: Technion-Israel Institute of Technology, 1999.

VARGAS SALGUEIRO, Ramón (coord.). Historia de la arquitectura y el urbanismo mexicanos. Vol. II El México Independiente, Tomo II Afirmación del nacionalismo y la modernidad. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

\_\_\_\_\_. José Villagrán García: vida y obra. México: UNAM/ Facultad de Arquitectura, 2005.

VARGAS SALGUEIRO, Ramón. "El imperio de la razón". In: GONZÁLEZ GORTÁZAR, Fernando (coord.) Arquitectura mexicana del siglo XX. Mexico: Conaculta, 2004.

VILLAGRÁN GARCÍA, José. "Apuntes para um estudio", 1939. Arquitectura México n. 3, 1939.

VILLAVICENCIO, Judith. Conjuntos habitacionales en la ciudad de México: em busca de espacios sociales y de integración barrial. México: UAM-A, 2006.